

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

## As Dificuldades da Inserção da Sociedade Civil nas Políticas Públicas em Angola<sup>1</sup>

Rodrigo de Souza Pain<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar os caminhos percorridos pela sociedade civil angolana em contextos de conflito. A população sofreu com repressão colonial, também vivenciou o autoritarismo do Partido Único após a independência e sentiu os efeitos da guerra civil quase ininterrupta de décadas entre o governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e forças da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Mudanças importantes na sociedade civil organizada aconteceram após a passagem da experiência socialista para o sistema multipartidário. Porém, a continuação do conflito armado inibiu em boa medida a voz dessa sociedade que buscava a paz. O fim da guerra trouxe novamente esperanças e grandes desafios para essa sociedade que ainda hoje sente os traumas de tanta instabilidade e constrangimentos. A dificuldade de inserção nas políticas públicas constitui elemento importante nesse artigo.

**Palavras-Chave:** Democracia, Guerra, Estado.

### Abstract

The objective of this article is to present the ways taken by the Angolan civil society in the contexts of conflict. The population has suffered with colonial repression, has experienced the authoritarianism after the independence and has felt the effects of the almost uninterrupted civil war during decades between the government of the Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA) and the forces of União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Important changes in the organized civil society took place after the change from the socialist experience to the multiparty system. However, the continuation of armed conflict has inhibited at certain degree the voice of this society that looked for peace. The end of the war brought again hope and great challenges to the society, that feel until today the trauma of so much instability and constraints. The difficult concerning the inclusion in public policies constitutes important element in this article.

**Key words:** Democracy, War, State.

<sup>1</sup> Artigo é uma adaptação do capítulo dois da tese de doutorado intitulada - *Desafios da participação social em um país de conflito agudo: estudo a partir da ONG angolana Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA)*, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Especialista em História da África pela Universidade Cândido Mendes; Membro do Centro Angolano de Altos Estudos Internacionais ([www.caaei.org](http://www.caaei.org)).  
Recebido em 30/06/2008. Aprovado para publicação em 18/07/2008

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

## Introdução

**E**ste artigo pretende registrar os caminhos seguidos pela sociedade civil angolana, as suas dificuldades enfrentadas ao longo dos anos e o difícil contexto de participar ativamente na construção das políticas públicas no país. Para isso, pretendo mostrar a complexa conjuntura política vivida por Angola, caracterizado fortemente por um contexto de conflito armado.

A guerra praticamente contínua que durante quadros décadas assolou Angola, teve efeito direto na população, não proporcionando o desenvolvimento de uma cultura do diálogo, com o medo e a desconfiança, sendo pilares importantes nas relações entre pessoas e instituições.

Depois de um colonialismo repressivo e autoritário, a independência angolana chegou com conflitos entre os próprios movimentos de libertação nacional<sup>3</sup>, acrescentado aos interesses de potências da guerra fria e países vizinhos.

A sociedade civil<sup>4</sup> enfrentou diversas dificuldades nos primeiros anos de independência. A vitória do MPLA<sup>5</sup> e a criação do sistema político-social e econômico marxista-leninista trouxeram novas características para aquela sociedade, que antes não possuía espaço significativo de manifestação e organização devido ao colonialismo português.

<sup>3</sup> Os três movimentos (MPLA, FNLA e UNITA) vinham de realidades coloniais diferentes e, diferente das outras possessões portuguesas na África, após a Revolução dos Cravos em Portugal, não houve consenso sobre quem deveria assumir o poder. Portanto, a crise em Angola nasceu (e permaneceu) no próprio surgimento do país, com o conflito armado entre os três movimentos.

<sup>4</sup> O conceito de sociedade civil aqui utilizado tem a influência dos autores Cohen e Arato. Para ambos, tal conceito está no centro das discussões que levaram à constituição da modernidade ocidental, quando ela revelou-se incapaz de produzir formas de solidariedade a partir de estruturas de coordenação impessoais de ação. Essa necessidade de se produzir formas modernas de solidariedade a partir da sociedade civil gerou novas considerações acerca desse conceito. Assim, a sociedade civil, segundo essa concepção, é concebida como a esfera da interação social entre a economia e o Estado, composta principalmente pela esfera mínima, pela esfera associativa, pelos movimentos sociais e pelas formas de comunicação pública. A sociedade civil moderna, criada por intermédio de formas de autoconstituição e automobilização, institucionaliza-se através de leis e direitos subjetivos que estabilizaram a diferenciação social. As dimensões de autonomia e institucionalização podem existir separadamente, mas ambas seriam necessária em longo prazo para a reprodução da sociedade civil (Cohen e Arato, 1992:149-151).

<sup>5</sup> O Movimento Popular de Libertação de Angola surgiu em 10 de dezembro de 1956 como resultado da fusão de outros partidos e organizações. Sua base de apoio saiu das comunidades de brancos, mestiços e Ambundos. Conquistou o poder assim que Angola tornou-se independente, tornando-se Partido Único de orientação marxista – leninista. Mas abandonou tal modelo político, social e econômico em 1991, quando passou a adotar o sistema multipartidário e a economia de mercado. Até hoje permanece no poder.

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

Em 1991, Angola adere às políticas democráticas, adotando o multipartidarismo, a economia de mercado e a liberdade de expressão<sup>6</sup>. Nesse contexto, conhecido pela historiografia como Segunda República (para diferenciar da Primeira República de Partido Único), começam a surgir organizações no seio da sociedade e, ao longo da década, passam a ganhar voz e assumem trabalhos importantes na luta pelo desenvolvimento. Ademais, a sociedade civil angolana manifesta-se de diversas maneiras e de forma significativa contrária à guerra entre o governo e a UNITA<sup>7</sup>.

No entanto, são inúmeros os desafios enfrentados pela sociedade civil angolana, principalmente a dificuldade de suas ações junto ao governo, como à inserção na formulação de políticas públicas. Os índices de desenvolvimento humano em Angola continuam baixíssimos, mesmo com o fim do conflito armado.

Destarte tal contexto, os atores não-estatais angolanos vêm se empenhando em direção da valorização da busca da democratização no país e no fortalecimento dos papéis que a sociedade civil pode atuar, enquanto agente transformador do espaço social através de ações fundamentais, não empreendidas até então.

A sociedade civil angolana é marcada pela repressão do Estado colonial português e pelo Estado marxista-leninista do Partido Único. No entanto, com a Segunda República, inúmeras organizações civis surgiram e começaram a dar voz as populações. Esse caminho percorrido será objeto central de discussão deste artigo, buscando dessa forma compreender os desafios contemporâneos que a sociedade civil angolana vêm enfrentando, agora em um contexto que podemos considerar de “paz”<sup>8</sup>.

<sup>6</sup> O artigo segundo da nova Constituição de 1992 define, “República de Angola é Estado de Direito, tendo como fundamento à unidade nacional, a dignidade da pessoa humana, o pluralismo de expressão e de organização política e o respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do homem, quer como indivíduo, quer como membro de grupos sociais organizados”.

<sup>7</sup> União Nacional de Independência Total de Angola. A UNITA foi o último dos três grandes movimentos angolanos a ser fundado (13 de março de 1966). Jonas Savimbi, seu líder, acusou Holden Roberto, líder da FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) de regionalismo quando trabalhavam juntos. Sua base de sustentação provém dos povos Ovimbundu, do Planalto Central angolano, principal grupo étnico de Angola. Esse movimento lutou no conflito armado contra o governo até 2002 de forma quase ininterrupta e ganhou muita força após a independência de Angola.

<sup>8</sup> Após a independência foram três tentativas de paz. Os Acordos de Bicesse que proporcionaram as únicas eleições em Angola, em 1992, mas não foi respeitado pela oposição, que alegou fraude no processo eleitoral, gerando novos conflitos armados no país; o Protocolo de Lusaka (1994) também não foi respeitado, tanto pelo governo, quanto pelo movimento armado, proporcionando grandes instabilidades no país; e finalmente, o Memorando de Luena (2002), após a morte do líder da força militar de oposição ao governo, Jonas Savimbi, que assegurou a estabilidade no país.

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

Angola colonial e Angola pós-independência – obstáculos da assunção da sociedade civil angolana.

O dia da independência do país não marca o nascimento da sociedade civil angolana. Não se pode compreender o onze de novembro de mil novecentos e setenta e cinco como sendo o marco da história do surgimento da sociedade civil organizada naquele país. De acordo com o sociólogo e guineense Carlos Lopes, a “inferioridade africana” tem por base a idéia da inexistência do fato histórico antes da colonização. Para o autor, o desenvolvimento da história do continente é patente. Tudo quanto está ligado a um passado de descobertas e realizações africanas é desapropriado deles e repassado a outro povo (Lopes, 1995:22-23). Não existia, portanto, a valorização da história da África, exceto aquela produzida pelos colonizadores, carregadas de diversos aspectos políticos e etnocêntricos.

Ao descrever Luanda dos anos 1930 (início da tentativa de urbanização da metrópole na colônia) em seu célebre livro póstumo “As origens do Nacionalismo” (1997), Mário de Andrade, fala-nos de uma miríade de instituições, jornais e processos que se desenvolveram simultaneamente nas várias colônias lusas em África. Os seus membros quase sempre se revoltavam pela falta de atenção das autoridades, o desleixo burocrático e as injustiças no tratamento dos conhecimentos locais, em relação aos que chegavam da metrópole. São os proto-nacionalistas, como chamava Mário de Andrade, eram cheios de contradições e pensavam que os valores da terra estavam associados à sua capacidade de os protagonizar. Portanto, eles, letrados ou portadores de conhecimento, deveriam ter direitos iguais aos outros cidadãos portugueses.

O africanista Nelson Pestana não observa nem o nacionalismo moderno angolano surgido nos anos 1950/1960, que conduziu a luta armada, como ponto de partida da conformação da sociedade angolana. Para ele, existe uma “história antiga” dessa sociedade e tem ligação imediata com a própria história do movimento associativo angolano, cujas origens podem ser situadas em meados do século XIX, nas associações culturais e nos movimentos cooperativos e mutualistas que davam corpo à afirmação do direito de cidadania dos africanos nos anos 1930, que se prolongaram ao longo de todo o século XX (Pestana, 2004:03).

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

Sobre o associativismo angolano em meados do século XIX, Aida Freudenthal, aponta que, através da imprensa (que surge com significativo impacto na sociedade letrada de Angola colonial no final do século XIX) as elites participaram das críticas formuladas à administração colonial, reivindicando direitos, denunciando abusos e desencadeando o temor e o ódio dos colonos, cujos interesses estavam em contradição com as disposições legais, nomeadamente no que dizia respeito à imposição do trabalho obrigatório e às duras condições desse trabalho (Freudenthal, 1988:19). Essas elites fizeram ouvir a sua voz, através da imprensa, não só em Angola, mas também em Lisboa, reforçando assim as bases de sua identidade.

A narrativa mais recente da sociedade civil angolana está ligada ao “renascer” desse movimento associativo, com a reafirmação da sua autonomia, da sua legitimidade e de sua intervenção no espaço público, depois que os movimentos de libertação abandonaram esse espaço criado no contexto colonial, e se assumiram como partidos – nação<sup>9</sup>, caso que não se restringiu apenas a Angola, mas a muitos movimentos de libertação de outros países colonizados (Pestana, 2004:03).

Ademais, faz-se necessário afirmar que a configuração do espaço público em Angola foi comandada pelo Estado desde a época colonial<sup>10</sup>. Desta maneira, os severos limites impostos à participação<sup>11</sup> de atores não-estatais impediram a construção social de uma cultura do diálogo e ignoraram a contribuição de mecanismos promotores de coesão social, particularmente de normas sociais complementares à racionalidade do Estado e do mercado (Elster apud Abreu, 2006: 28).

O regime português foi um órgão de repressão sistêmica ao nível interno e reproduziu as mesmas misérias na África, concedendo poucos direitos cívicos aos seus próprios cidadãos e, praticamente, nenhum direito válido aos seus “nativos” (Davidson, 2000:184). As alternativas em termos de participação política ou de método nunca foram temas de

---

<sup>9</sup> A grande parte dos Estados africanos e seus mais altos representantes, a diversidade nacional é entendida como uma ameaça à unidade nacional, desprezando solidariedades étnicas e familiares (Abreu, 2006:78).

<sup>10</sup> A própria Metrópole era comandada pelo ditador Salazar desde o final dos anos 1920.

<sup>11</sup> Eis a dificuldade de compreensão do conceito de sociedade civil, principalmente quando os autores que se debruçam na temática buscam um conceito definido, sem compreender as diversas dinâmicas e os diversos atores sociais e políticos que atuam na complexidade da sociedade analisada.

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

debates no seio deste império, mas sim, uma provocação para a polícia política colonial (PIDE).

Desta forma, não tem sentido fazer qualquer tipo de afirmação na direção da efetiva ação por parte da sociedade civil no contexto da época colonial. Manifestações fizeram-se presentes, principalmente através dos movimentos de libertação nacional, mas, no entanto, a conjuntura autoritária dificultava qualquer tentativa de participação por parte da população.

No período de Angola independente, a aceitação do Estado -Nação pós-colonial na África significou o reconhecimento da partilha, e das práticas morais e políticas da administração colonial nas suas dimensões institucionais (Davidson, 2000:161). Isso aponta uma característica importante de Angola, pois o contexto da sociedade civil pós-colonial consolidou-se com aspectos muito parecidos com os do período português, principalmente naquilo que diz respeito ao autoritarismo. O país ascendeu à independência em circunstância particularmente trágicas. Com uma nação para construir, com boa parte das infra-estruturas abandonadas ou destruídas e sem quadros, organizar um Estado forte seria uma forma para superar a dura herança colonial, acelerar o desenvolvimento, eliminar progressivamente as injustiças sociais e integrar as diversas realidades culturais e regionais.

Em relação às análises sobre a “sociedade civil” angolana no período de vigência do regime de Partido Único em Angola (pós-independência, 1975-1991), podemos constatar reflexões geralmente reducionistas, compelidas em negar qualquer existência de uma autonomia latente, ou exclusivamente legitimadoras, transformando as organizações de massas criadas pelo próprio governo do MPLA como exemplos, a Organização das Mulheres Angolanas, a Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola (JMPLA), a União dos Jornalistas de Angola, na área sindical, a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA), entre outros, em pseudo-representantes dessa “sociedade civil”.

Outro elemento importante a se considerar na busca da compreensão da assunção da sociedade civil angolana é a própria guerra civil, que, nas duas primeiras décadas após a independência, inibiu o desenvolvimento de organizações autônomas atuando no espaço

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

público. Dessa forma, toda a tentativa de autonomização da sociedade civil foi também esmagada pela guerra, na medida em que a deslegitimação do poder do Estado não reforçou o poder da sociedade civil. Muito pelo contrário, pois reforçou um outro poder, armado e de natureza totalitária, que, em contrapartida, deu novo fôlego à máquina estatal, quando a rejeição ao poder armado contribuiu, para bem ou para mal, para o seu reforço e, para o conseqüente enfraquecimento das organizações autônomas<sup>12</sup>.

Toda essa configuração da recente história política de Angola é importante para entendermos porque seu espaço público não pode ser concebido como um espaço neutro. Esse espaço tem a sua própria história – traumática – que influencia fortemente a capacidade dos angolanos de se organizarem e falarem publicamente (Comerford, 2005:03). Munslow (apud Comerford, 2005:03), afirma que “Durante o domínio colonial reprimiram-se as organizações africanas independentes (...) No meio das fileiras do MPLA, a tentativa de golpe de Estado de Nito Alves<sup>13</sup> em maio de 1977 teve enormes ramificações para impedir o futuro crescimento da sociedade civil em Angola”<sup>14</sup>.

Todo o trauma de longos anos de guerra mergulhou a sociedade em uma espécie de “cultura da violência e do medo”, que se refletiu (e de alguma maneira ainda reflete) na falta de participação, na omissão e na submissão por parte dos angolanos em determinadas situações.

Ainda assim, na conjuntura do Partido Único, o espaço literário angolano, representado na figura da União dos Escritores Angolanos (UEA) - nascida num clima, ao mesmo tempo, de lutas internas no seio do poder político e da ânsia pela (re)estruturação do campo literário e cultural autônomo – foi o ambiente em que se pôde desfrutar de uma relativa autonomia

<sup>12</sup> Exemplos foram às medidas impedindo a formação e o desenvolvimento das atividades de associações de caráter cívico como a Associação Justiça, Paz e Democracia (AJPD). As associações cívicas eram acusadas pelo regime de antipatrióticas (por acolherem os relatórios sobre direitos humanos de organizações internacionais), de trabalharem a serviço do “inimigo” (Lopes, 2004:01-02).

<sup>13</sup> Seguindo esse raciocínio podemos relacionar o violento conflito que se seguiu após as eleições de 1992, que causou milhares de mortes (em apenas dois dias); assim como em maio de 1977, na tentativa de golpe dentro do seio do MPLA, sendo reprimida de forma violenta pelas autoridades do Partido Único, com milhares de mortes, proporcionando medo à sociedade civil angolana.

<sup>14</sup> Na única eleição que houve em Angola, o Presidente José Eduardo dos Santos (MPLA) venceu no primeiro turno o candidato da UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola – naquele contexto era o movimento político e militar de oposição ao governo do MPLA), Jonas Savimbi. No entanto, este último não aceitou o resultado alegando fraude (o que não foi constatado pelos observadores internacionais), recusou-se a participar do segundo turno, e mergulhou o país novamente numa guerra sangrenta (inclusive na capital e nos arredores) depois de alguns meses de trégua por causa das eleições.

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

naquilo que dizia respeito ao controle do espaço público por parte do Estado<sup>15</sup>, constituindo-se como uma fonte de legitimidade independente (Pestana, 2004:10).

Essa instituição teve caráter fundamental, pois ela liderou este esforço de (re) estruturação do campo literário, definindo-se como uma organização de intelectuais que defendia a revolução, ao mesmo tempo em que reclamava a legitimidade de representar todos os escritores angolanos, pretensão reveladora de uma contradição nos próprios termos e que esconde mal o espírito confederador que ela pretendia desempenhar.

A União dos Escritores Angolanos era o lugar onde evoluía esta contradição entre “autonomia literária” e “controle político”; ao mesmo tempo em que proporcionou uma relativa emancipação do espaço literário face ao controle do Partido Único e do Estado, permitiu esforços redobrados das elites políticas com vistas a instrumentalização política da literatura e dos escritores<sup>16</sup> (Pestana, 2004:10-11).

A sociedade civil angolana na Segunda República.

A abertura política vivida por Angola em 1991 consagrou o multipartidarismo e a liberdade de associação, de expressão e de informação. Isso permitiu a configuração de um novo espaço de intervenção da sociedade em diversos segmentos. A passagem para esse Estado multipartidário democrático de direito trouxe enormes mudanças no quadro jurídico do país, criando leis importantes, como a Lei das Associações (com seu funcionamento independente do Estado), a Lei dos Partidos Políticos Independentes, a Lei do Direito à Greve, a Lei de Liberdade de Imprensa, entre outras.

A simples observação das designações deste pacote de leis revela como era a ocupação do espaço público pelo Estado durante a Primeira República. A socióloga Cesaltina Abreu aponta, por outro lado, a falta de regulamentação ou a regulamentação tardia dessas leis, observável nas datas de suas respectivas aprovações gerou desentendimentos na sua interpretação (2006:34)<sup>17</sup>.

<sup>15</sup> Na época, alguns dos maiores nomes da cultura nacional, em consequência da forma violenta como eram resolvidas as diferenças (ou contradições) políticas, ou de personalidade, no interior do movimento nacionalista, tinham se distanciado dos círculos do poder, tinham sido marginalizados ou eram, ainda, objeto de severo esquecimento.

<sup>16</sup> Alguns escritores, com passado em agrupamentos informais de esquerda criaram abertamente uma associação cultural em Luanda, que publicou, conforme aponta Gonçalves (2004:27), a revista literária “Archote”, animando interessantes debates, nos quais se combatia o monolitismo do regime na cultura.

<sup>17</sup> Como exemplo, a nova Lei de Terras, aprovada em 2004, revogando a Lei 21-C/92s, (sobre o Uso e Aproveitamento da Terra para fins Agrícolas).



Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

Em 1994, três anos após o nascimento da segunda República em Angola, Fernando Pacheco, presidente de uma das maiores ONGs angolanas (ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente), afirmava já existir uma sociedade civil angolana como a expressão de forças sociais e econômicas formais e não formais que já demonstravam capacidade de assegurar, pelo menos, a sobrevivência dos cidadãos.

Em outras palavras, o autor não tinha dúvida que já existia uma afirmação de sociedade civil angolana, constituída por essas forças (associações informais, redes de parentesco, indivíduos dotados de espírito empreendedor) resultantes de um processo de urbanização recente. Essas forças estavam em rápida e permanente transformação porque tinham acesso a diferentes modernidades, não isolado, e em permanente contato com o mundo através dos meios de comunicação e das linhas áreas internacionais; estabeleceu laços múltiplos entre si e construiu-se redes de autênticos contra-poderes, traduzidos em fatos conhecidos como a organização dos mercados, o estabelecimento de taxas de câmbio, as ações de reivindicações, entre outros (Pacheco, 1994: 07).

Na afirmação de Comerford, isso fica claro. Para ele, o período pós -Lusaka (1994)<sup>18</sup> data o início daquilo que se tornou um engajamento significativo de paz pelas organizações da sociedade civil de Angola na forma de promoção dos direitos humanos (Comerford, 2005:145). Iniciativas que exprimem com clareza à vontade da sociedade civil angolana rumo a uma paz duradoura vieram à baila após o fracasso do Protocolo de Lusaka<sup>19</sup>.

Assim, ONGs internacionais e nacionais, igrejas, movimentos comunitários, associações culturais e profissionais, entre outras, solicitaram ao governo angolano e a UNITA que agissem juridicamente, e dentro do quadro constitucional, em defesa dos direitos humanos dos cidadãos angolanos comuns. Este discurso, que partiu do seio da sociedade para as partes integrantes na guerra, constituiu um apelo pela lei e pela ordem. Isto inverte o argumento comum segundo o qual o Estado é que vive a solicitar dos cidadãos o respeito à lei e à ordem. Nesse momento, foi à sociedade civil que estava a solicitar do Estado angolano e da UNITA que procedessem desta forma (Comerford, 2005:153).

<sup>18</sup> Por estar “ausente” nos Acordos de Bicesse (1991), a promoção dos direitos humanos constituiu uma componente muito importante no Protocolo de Lusaka.

<sup>19</sup> Vale a pena lembrar que muitas organizações surgiram após o Protocolo de Lusaka, daí a crescente forma de atuação da sociedade civil organizada em Angola.

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

Com a retomada da guerra, em 1998, uma série de documentos é produzida pela sociedade civil. Comerford aponta três importantes. O primeiro, de 1999, chamado “Manifesto para a paz em Angola”, assinado por cento e vinte pessoas, incluindo jornalistas, sociólogos, docentes universitários, advogados, músicos, deputados, entre outros. O segundo, o documento de abril de 1999, pertencente a GARP (Grupo Angolano de Reflexão e Paz) que incluía entre os seus membros pessoas ligadas ao campo religioso, ao meio político e dos meios de comunicação. Nele citavam “ninguém tem o direito de falar em nome do povo para fazer a guerra civil, seja esta com o argumento de defesa ou resistência. O povo não foi consultado”. Interessante notar que os autores de ambos os movimentos sentiram-se discursando para um grupo mais amplo do que o da sociedade civil ou de atores da esfera pública, falando em nome do povo angolano para aqueles que fizeram a guerra em seu nome (Comerford, 2005:153-155).

O terceiro foi um apelo feito em 2000, pela MPD (Mulheres Pela Democracia) uma ONG de mulheres profissionais, como advogadas, jornalistas, empresárias, entre outras, formadas no exterior, com bolsas financiadas pelo governo. Esse documento se aproxima dos outros dois, mas é elaborado a partir da perspectiva das mulheres angolanas<sup>20</sup>. Um sentimento de tristeza no documento que as mulheres como esposas e mães tinham perdido maridos e filhos durante o conflito.

Desta forma, um movimento angolano para a paz emergiu, no momento em que a sociedade civil e as igrejas se convenceram de que ação local era a oportunidade principal para a conciliação. Do movimento nacional para a paz nasceu um fórum nunca antes visto, onde líderes religiosos de todos os credos (incluindo a Igreja Católica e as principais Protestantes) se encontraram e discutiram os pontos de vista comuns e os diferentes sobre a guerra e a paz. Desenhou-se uma plataforma comum a partir deste consenso, a qual veio a ter forte aceitação na sociedade civil (Cain, 2003:06).

Desta maneira, o que vale em todos os documentos trazidos por Comerford, é a explicitação de um reconhecimento crescente de que a sociedade civil tinha um papel

<sup>20</sup> As relações de gênero em Angola são marcadas pela assimetria. José Maria Cascant fez uma interessante pesquisa e afirma que é prática comum das mulheres perguntar ao marido se pode unir-se às dinâmicas das associações no campo da sociedade civil. As relações de poder intra - familiares muitas vezes transgridem a ideologia do lar pacífico. Essas desigualdades nas famílias influenciam a sua vez a maneira que as mulheres entram no mercado laboral. Além disso, como destaca a autora, surgiu um número significativo de mães de chefe de famílias como resultado do tempo de guerra (viúvas, companheiras de soldados, separados) e das práticas da poligamia (Cascant, 2007:20).

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

fundamental na resolução do conflito. Isto refletiu um sentimento coletivo de que “o problema é nosso”, ausente no passado na busca pela paz (2005:155).

Esse contexto envolve uma série de características específicas da sociedade angolana que devem ser levadas em consideração. A saber, a sociedade civil na África é um campo muito mais contraditório do que pretende o discurso ocidental dominante, pois este privilegia de forma simplista os conflitos entre Estado e sociedade, romantizando a sociedade civil como um baluarte da democracia. As formas de relacionamento de indivíduos e grupos da sociedade civil com o Estado variam da acusação, quando os seus interesses são postos em questão, à aliança e à cooperação, quando para tal têm oportunidades e vantagens (Abreu, 2006:117).

A maioria dos grupos e organizações da sociedade civil na África é dependente da comunidade internacional, tanto para efeitos de financiamento, quanto para a aprovação de seus programas de ação, acabando por incorporar, acriticamente, conceitos e práticas sem a necessária reflexão quanto à sua adequação ao contexto no qual vão ser aplicados (Abreu, 2006:117). O modelo ocidental é trazido e aplicado na maioria das vezes sem levar em consideração relevantes aspectos que envolvem a diversidade cultural africana. Diversas Organizações Não Governamentais ultrapassam características importantes da cultura local, negando a importância do multiculturalismo em prol de concepções globais de desenvolvimento, o que gera conflitos em regiões tradicionais da África (Pain, 2007:261).

Eis que em 1996, surge a Fundação Eduardo dos Santos (FESA) que diz inspirar-se em instituições similares existentes nos grandes países democráticos e pretende prosseguir, como estas, os objetivos de progresso social, cultural e científico<sup>21</sup>. A FESA aparece, mais claramente como uma instituição na qual o Presidente da República intervém como pessoa privada e cujos fundos não são os seus, mas sim de grandes sociedades internacionais e nacionais<sup>22</sup>.

A Fundação pode ser analisada, conforme aduz Christine Messiant, num primeiro nível, como um produto e um triunfo do sistema geral de dominação clientelista e também o sinal

<sup>21</sup> Ver mais na página da instituição na rede mundial de computadores: [www.fesa.org.br](http://www.fesa.org.br)

<sup>22</sup> Basta observar as mensagens dos patrocinadores nas revistas da FESA. É bastante comum encontrar as estatais Sonangol (petróleo), Taag (aviação) e a brasileira Odebrecht.

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

do reforço do poder presidencial<sup>23</sup>. Basicamente, a FESA retém dinheiro privado que não é seu, para realçar a imagem pessoal do benfeitor do seu “fundador e patrono”, que intervém nisso como pessoa privada, mas é também, como não deixa-nos de lembrar a Fundação, “o Presidente da República de Angola e do MPLA, o partido majoritário no poder”. Para tal, a FESA – jogando como “Estado” angolano o faz na gestão muito estratégica do seu petróleo, com as rivalidades entre os interesses econômicos estrangeiros e os “seus” Estados – “taxa” (direito de entrada, contribuição em diversos projetos) as grandes companhias estrangeiras interessadas nos “negócios” angolanos (as sociedades envolvidas com Petróleos, diamantes e nos grandes projetos de infra-estruturas, entre outros), e também as grandes sociedades angolanas (como a Sonangol, a Endiama – diamantes -, que sempre dependeram diretamente, não das decisões do governo, e sim das do Presidente), bem como diversas outras menores, que também pretendem figurar neste “bloco” duplamente interessante, porque próximo do poder e das benesses<sup>24</sup> (Messiant, 1999: 08).

O Presidente angolano “recanaliza”, desta maneira, em direção à sua própria pessoa uma parte dessas benesses e redistribui-as, todos os anos, sob a forma de “cacho”, durante a “semana da FESA”<sup>25</sup>, que dá lugar a muita publicidade, votos de felicidades e agradecimentos ao “egrégio” Presidente. A Fundação não funciona apenas com fundos privados. Dentre as realizações ostensivamente inauguradas, algumas provêm do próprio Estado<sup>26</sup>. Ela colabora com o “Estado”, os ministérios ou as administrações locais, intervindo “em complemento da ação do governo”.

Além disso, a FESA apóia também uma série de outras organizações da sociedade civil. Algumas surgem na semana da Fundação. Inclusive dá interessante suporte a Associação de Apoio às Mulheres Rurais, no qual a primeira dama é igualmente presidente. Ela co-financia e apadrinha, com diversos Ministérios, esta organização econômica de fundação de proteção à natureza. Ainda financia ou co-financia, ou apóia ocasionalmente, um certo

<sup>23</sup> Com clara referência ao culto a personalidade do Presidente José Eduardo dos Santos.

<sup>24</sup> Até então, estas grandes sociedades estavam, e permaneciam cada vez mais, com o abandonado dos serviços públicos pelo Estado – implicadas em obras colaterais às suas atividades (estradas, água, eletricidade, infra-estruturas diversas, escolas, centro de saúde), mas estavam-no em seu próprio nome (Messiant, 1999: 08).

<sup>25</sup> Forma velada pela instituição para celebrar o aniversário de seu Patrono, o Presidente José Eduardo dos Santos.

<sup>26</sup> Sabe-se que o Centro de crianças abandonadas de Cacuoaco, inaugurado em agosto de 1998, foi financiado pelo governo angolano e que Ministérios, ou ainda o Governo provincial de Luanda, contribuíram também para o financiamento de diversos projetos (Messiant, 1999: 09).

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

número de associações nacionais, locais e de ordens profissionais (engenheiros, advogados, etc)<sup>27</sup> (Messiant, 1999: 10).

A FESA assim evidencia de privatização do Estado, de centralização do poder angolano em relação àquele. Com ela “o Engenheiro José Eduardo dos Santos” assume de alguma maneira a “cabeça” da sociedade civil angolana, e utiliza trunfos incomparáveis de um Presidente da República que é, de fato, chefe do Governo, chefe do Partido e das forças armadas, que controla de forma estreita a polícia, recebe o dinheiro do petróleo não orçamentado e controla a sua alocação, beneficia em primeiro lugar da concorrência entre sociedades e Estados estrangeiros para acesso aos recursos e aos mercados angolanos (Messiant, 1999:11).

De forma similar ao Presidente, a Primeira Dama de Angola, Ana Paula dos Santos, também tem sua instituição. Inspirada na visita da Princesa Diana em Angola (janeiro de 1997), a Primeira Dama criou o Fundo Lwini em julho de 1998, com o “objetivo social de angariar fundos e a execução de ações de apoio às vítimas de minas terrestres”<sup>28</sup>.

Entre as entidades que aderiram ao Fundo Lwini por meio de compromisso financeiro estão a Sonangol, a Endima, empresas petrolíferas internacionais (como a ELF, por exemplo) empresas diamantíferas internacionais (como a sul africana De beers), e claro, a FESA.

O impressionante relatório da Human Rights Watch, de 2002, aponta a falta de diáfaneidade: “(...) em certos casos, recentemente observados, as receitas de petróleo não foram processadas pelo Ministério das Finanças, nem pelo Banco Nacional de Angola (BNA), tendo sido utilizadas secretamente pela aquisição de armamentos. Estas ocorrências originaram também alegações de corrupção no setor público (...)” (2002:05). Além disso, o governo angolano também é acusado de vender concessões petrolíferas pequenas a empresas locais associadas a altos membros do governo no setor de petróleo

<sup>27</sup> Bento Salazar André em sua dissertação de mestrado intitulada “Direitos individuais na constituição angolana e a construção da cidadania”, afirma que o restabelecimento da sociedade tradicional nos textos constitucionais africanos funciona preferencialmente por substituição e por representação, ou seja, são os órgãos, mais precisamente os órgãos “nobres” do Estado atual, que interiorizam e exprimem ao mesmo tempo a sociedade pré-colonial. Desta forma são nomeados o Chefe de Estado e, até recentemente o Partido Único, cujo líder é também o Chefe de Governo. Tal figura que apela à tradição africana pré-colonial implica, na maioria dos casos, o reforço da posição hegemônica do Chefe de Estado (2001:128).

<sup>28</sup> Ver mais em <http://www.lwini.og.ao/paginas/historia.htm>

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

sem divulgação do processo do concurso. Tony Hodges, que trabalhou em Angola para agências da ONU na década de 1990, e atua para a organização *Oxford Policy Management*, chama-nos atenção para as estimativas do FMI, em 2003, no qual 31 por cento das despesas do governo foram feitas fora do orçamento, ou seja, executadas fora das regras e procedimentos para pagamentos estabelecidos pelo governo, não tendo sido devidamente registradas nas contas governamentais. É este o caso de 36 por cento das despesas governamentais entre 1998 e 2002. Ademais, para o destino doado 11 por cento da despesa feita entre 1998 e 1992 não se encontra qualquer explicação registrada (Hodges, 2004:03).

Centralização política e administrativa em Angola: dificuldade da sociedade civil em participar da formulação de políticas públicas.

Outro fator fundamental a ser levado em consideração é a dificuldade existente na comunicação entre o governo e a sociedade civil naquilo que se refere ao planejamento de políticas públicas. Não obstante oficialmente se considere que os novos instrumentos legais (como as novas Leis) tenham sido produzidos em ambientes de consulta entre o Estado e a sociedade, e organizações civis tenham se mobilizado para participar efetivamente dessas consultas, as experiências com os processos de preparação e aprovação do Regulamento das Associações, da Lei de Terras, da Lei do Investimento Estrangeiro, e da própria Lei Constitucional, entre outros, demonstram que as instituições do legislativo e do executivo angolano continuam pouco abertas ao debate de idéias e à incorporação das visões e expectativas de atores não-estatais<sup>29</sup> (Abreu, 2006:34).

Além disso, no próprio bojo de grande parte sociedade civil organizada angolana existe a sensação de que está na própria estrutura do Estado a dificuldade de desenvolver uma maior participação das organizações na construção de políticas. O Orçamento Geral do Estado (OGE) de Angola, por exemplo, não repassa nada para o Município, muito menos para a Comuna<sup>30</sup>. O poder de centralização fica restrito ao Governador da Província, que

<sup>29</sup> Na questão da Liberdade de Reunião, a Lei exige um pedido de autorização por escrito ao administrador local, com mínimo de 3 dias de antecedência, antes de se realizarem reuniões públicas ou privadas. Contudo, o governo ainda impede eventos com base em considerações relativas à segurança. Os pedidos para reuniões a favor do governo geralmente são realizados de forma rotineira, sem atrasos, o que não acontece com os pedidos para reuniões de protesto ou de partidos de oposição.

<sup>30</sup> Angola está dividida em 18 Províncias, 164 Municípios e 578 Comunas. Um Governador chefia cada Província e administradores chefiam os níveis inferiores do poder autárquico. O Presidente nomeia todos estes funcionários. Apenas

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

tem muita dificuldade de dialogar com essas organizações, e também às instituições<sup>31</sup>, que trabalham principalmente nas Organizações de Base, com o poder local, que, em contrapartida, também não conseguem ter acesso ao Governador da Província. O excesso de centralização política e administrativa em Angola é mais um fator que dificulta a participação da sociedade civil e não contribui para a democratização do país.

A descentralização vem acompanhada de democratização, o administrador municipal atuando em parceria com os agentes representativos da sociedade civil teria mais autonomia para decidir ações prioritárias, principalmente em Angola, onde o desconhecimento da realidade de diversos grupos sociais em função do conflito armado ainda é grande. Seria interessante pensar na alocação dos recursos para um respectivo setor em sua localidade, obviamente limitando-se a um volume pré-definido de recursos disponíveis que estariam sujeitos às diretrizes e normas do programa do governo em referência.

É muito importante à descentralização política, e também administrativa em Angola para o aumento da participação da sociedade civil na elaboração de políticas públicas. Além disso, um princípio essencial a considerar no processo de desenvolvimento local é justamente a adoção do princípio da descentralização<sup>32</sup>. Por meio desta, a autoridade e o comando para as realizações são transferidos para os níveis de execução que estão mais próximos de onde os resultados finais são obtidos. Para que a descentralização e a participação sejam instrumentos efetivos no processo de desenvolvimento local é preciso que se cultive um clima social cooperativo<sup>33</sup>.

Desta forma, entendo que, em nível local, existe uma significativa participação e colaboração de grupos e organizações no que tange o diálogo em alguns Conselhos e Fóruns, no entanto ainda há grande dificuldade quando se trata de poderes do Estado,

---

o Governador da Província recebe parte do Orçamento Geral do Estado, o que demonstra grande centralização política e financeira. O poder legislativo é constituído por uma única câmara, e não tem o seu mandato renovado há 14 anos, o que levanta questões do ponto de vista da sua legitimidade, sendo poucas as suas capacidades de iniciativa política.

<sup>31</sup> De acordo com Idaci Ferreira, funcionária da ADRA e Fernando Pacheco, Presidente da ADRA, no IX Congresso Afro-Luso-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Luanda, no dia 03 de dezembro de 2006.

<sup>32</sup> Claro que descentralização pressupõe também um monitoramento das ações.

<sup>33</sup> A formação de redes fortalece a comunidade em torno de um objetivo comum de desenvolvimento. Um exemplo recente foi à decisão de 73 representantes da sociedade civil de criarem uma rede para a questão da segurança alimentar e nutricional atendendo à importância do tema do Direito Humano à Alimentação (In: Declaração das Organizações Presentes no Seminário Internacional "Direito à Alimentação e Desenvolvimento Rural", Lubango, 20-06-2007).

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

principalmente nas autoridades que detêm os recursos. Anthony Giddens nos remete que a reforma do governo e do Estado é ainda mais necessária (e também mais difícil) nos países em desenvolvimento, pois a maioria destes países tem Estados demasiadamente abrangentes, burocráticos e ineficientes. A corrupção e a falta de procedimentos democráticos são antes a norma do que a exceção (2007:36).

Ademais, resta saber qual papel terá a sociedade civil ao longo do processo eleitoral<sup>34</sup>. Essa é uma questão extremamente importante, já que as organizações que não se envolveram com a guerra ficaram ausentes dos processos de cessar-fogo de Bicesse e Lusaka, e também é notório que o poder judicial angolano é ineficaz e está diretamente sujeito à influência do poder executivo. O próprio comportamento do governo em termos de respeito aos direitos humanos é questionado por diversas instituições que debruçam suas pesquisas nessa área.

Sendo assim, são lançados desafios significativos à sociedade angolana. Em sociedades pós-conflito, a preocupação do cidadão e da sociedade civil orienta-se quase sempre para o comportamento dos políticos, ou seja, como vão se comportar esses atores em campanha eleitoral e no anúncio dos resultados finais. Esta preocupação encerra em si uma outra preocupação, a manutenção e a consolidação da paz, pois o cidadão não quer que seu voto resulte em uma violência política<sup>35</sup> (Mazula e Mbilana, 2003:01). Algumas experiências em eleições no continente africano resultam em grandes conflitos, inclusive na única eleição em Angola. Portanto, superar esses constrangimentos em prol de um processo eleitoral transparente e legitimado pela comunidade internacional, parece-me uma forma interessante de buscar uma democracia mais sólida.

Diante dessa conjuntura, a miséria persiste e continua o grande desafio a ser enfrentado. Apesar do alto crescimento econômico, grande parte da população não tem se beneficiado em termos de ganhos sociais. É imperativo conectar as políticas econômicas e sociais, conforme mostrou o artigo. Em 2006, Angola caiu da 160 para 161 posto no Índice de Desenvolvimento Humano da ONU. A desigualdade social ainda é uma característica

<sup>34</sup> Depois do fim do conflito armado, em 2002, esperavam-se eleições rapidamente. No entanto até hoje elas não aconteceram. Está prevista eleição legislativa para 2008 e para o executivo em 2009.

<sup>35</sup> Os próprios autores, que falam da experiência eleitoral em Moçambique, reconhecem que ainda são poucas as experiências práticas das organizações da sociedade civil sobre prevenção de conflitos eleitorais (2003: 04). Daí a importância crescente dos estudos sobre o tema.



Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

marcante desta sociedade. Basta caminhar rapidamente pelas ruas de Luanda para perceber. Neste contexto, acredito que a melhoria do diálogo entre a sociedade civil e o governo vai contribuir para a melhoria de vida da população angolana.

### Consideração Finais

Os desafios da sociedade civil organizada nesse contexto de paz são diversos. A busca pela democratização e pelo fortalecimento das frágeis instituições democráticas parecidos, no campo político, os elementos mais importantes para este feito.

Para isso, torna-se fundamental a valorização das culturas angolanas<sup>36</sup>. A sociedade civil angolana deve pautar-se em busca de políticas que respeitem os variados aspectos de sua cultura, para que não seja forjada uma organização civil artificial e, porque não, um engodo, à medida que se distancia da realidade concreta daquele país.

Num ambiente institucional onde parece existir pouca vontade política para a remoção gradual dos impedimentos que ainda obstruem a construção de uma cidadania ampla e plena, cabe à sociedade civil o papel de a promover. Os direitos humanos ainda não são respeitados em Angola, e os traumas de tantos anos em conflito ainda parecem persistir entre os angolanos. É importante a organização da sociedade civil adotarem uma agenda de mudanças que procurem influenciar a agenda política e trazer questões relevantes para a população trazendo para discussão pública.

O passado recente mostrou-nos que a política não pode ficar reservada somente aos partidos políticos angolanos. O governo, por sua vez, deve buscar um maior apoio da sociedade para desenvolver melhor a sua política. Com baixíssimo índice de desenvolvimento humano, o governo angolano não consegue dar assistência mínima para sua população, principalmente em termos de educação e saúde. Por isso é fundamental a parceria com a sociedade civil, que, muitas vezes, tem um maior conhecimento da região

<sup>36</sup> Um exemplo traz-nos Cascant no que diz respeito à aprendizagem das crianças. O português continua a ser a única língua oficial escolar (mas começa a ter uma intenção governamental para integrar outras línguas nacionais). O presente sistema mono – lingüístico implica um constrangimento acrescentado para as crianças rurais, cuja língua materna se difere do português, em comparação com a sua contraparte urbana. Além disso, em sua pesquisa de campo, a autora afirma que nas comunidades visitadas, as mulheres tendiam a dominar menos o português, possivelmente devido ao rol representativo e de porta-voz dos homens, e a sua maior mobilidade e contato com pessoas que falam o português (2007:18).

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

ou do contexto, inclusive mais do que o próprio governo. A luta contra a pobreza é o maior desafio para Angola fazer uma transição bem sucedida para uma paz duradoura.

Além disso, no campo institucional, como foi apresentado ao longo do artigo, é extremamente importante à implementação de políticas de descentralização. A contribuição da sociedade civil na elaboração de políticas públicas está diretamente ligada ao princípio de descentralização.

Acredito que a melhoria das condições de sobrevivência da população e o combate à pobreza no país só acontecerão como resultado de um trabalho conjunto entre o governo e a sociedade civil, sendo fundamental superar os constrangimentos apresentados nesse artigo e que ainda persistem.

### **Bibliografia**

ABREU, Cesaltina Cadete Basto de. Sociedade civil em Angola: da realidade à utopia. Rio de Janeiro, tese de doutorado. Universidade Cândido Mendes, Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

ANDRADE, Mario Pinto de. As origens do nacionalismo africano. Lisboa, 1997.

ANDRÉ, Bento Salazar. Direitos individuais na constituição angolana e a construção da cidadania. Rio de Janeiro, dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica. Departamento de Direito, 2001.

CAIN, Alain. Sociedade civil e reabilitação comunitária no pós – guerra de Angola. Luanda, Mesa Redonda sobre Doadores Internacionais e Sociedade Civil. Implicações na recuperação de Angola e nos deslocados. Luanda, 2003.

CASCANT, Maria José. Participatory pedagogies, educational associativism and knowledge production in angolan schools: exploring institutional spaces for gender conscientisation. Londres, Institute of Development Studies, 2007.

COHEN J. e ARATO A. Civil Society and Political Theory. Cambridge, MIT Press, 1992.

COMERFORD, Michael G. The peaceful face of Angola: Biography of a peace process (1991 to 2002). Windhoek, John Meinert Printing, 2005.

DAVIDSON, Basil. Angola no centro do furacão. Lisboa: Edições Delfos, 1974.

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

FREUDENTHAL, Aida. Um partido colonial – Partido Reformista de Angola – 1910-1912. *Revista Internacional de Estudos Africanos*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical. Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, nº 8-9, 1988.

GONÇALVES, José. O descontínuo processo de desenvolvimento democrático em Angola. *Centro de Estudos Africanos*. Lisboa, ISCTE, 2004.

GIDDENS, Anthony. O debate global sobre a terceira via. São Paulo, Ed. Unesp, 2006.

HODGES, Tony. The role of resource management in building sustainable peace. In: *From military peace to social justice? The angolan peace process*. Luanda, ACCORD, 2004.

HUMAN RIGHTS WATCH. Briefing sobre Angola apresentado ao Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas ao Abrigo da Fórmula Arria. Nova Iorque, março, 2002.

LOPES, Carlos. A pirâmide invertida – Historiografia africana feita por africanos. Colóquio: construção e ensino da história da África. Lisboa, GTCDP, pp. 01-31, 1995.

LOPES, Filomeno Vieira. The challenges of democratization. From military peace to social justice? The Angolan peace process. Londres, Accord, 2004.

MAZULA, Brazão e MBILANA, Guilherme. O papel das organizações da sociedade civil na prevenção, gestão e transformação de conflitos: a experiência de Moçambique. Luanda, Comunicação apresentada na Conferência co-organizada pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Angola e pela Fundação Friedrich Ebert, sobre Prevenção, Gestão e Transformação de conflitos eleitorais na região da SADC, pp. 01-19, 2003.

MESSIANT, Christine. A Fundação Eduardo dos Santos (FESA). A propósito da investida do poder angolano sobre a sociedade civil. Paris, *Politique Africaine*, nº 70, pp. 01-29, 1999.

PACHECO, Fernando. Democracia e sociedade civil em Angola. XII Conferência Internacional de Lisboa. Lisboa, Instituto de Estudos Estratégicos, 1994.

\_\_\_\_\_. Uma proposta de valorização da tradição e da cultura em favor do desenvolvimento e modernidade. In: *Lucere*.\_\_Revista académica da UCAN. Luanda, Universidade Católica de Angola. Ano 1, vol.1., pp. 69 -80, 2004.

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

[www.revistaintellector.cenegri.org.br](http://www.revistaintellector.cenegri.org.br)

PAIN, Rodrigo de Souza. A centralização política e sua influência no desenvolvimento da sociedade civil angolana. In: *Sociedade e Cultura. Revista de pesquisas e debates em ciências sociais*. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, v. 10, n.2, pp.253-267, 2007.

PESTANA, Nelson. As dinâmicas da sociedade civil em Angola. In: *Centro de Estudos africanos*. Lisboa, ISCTE, pp.01-32, 2004.

